



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 024/91

Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar próprios do Município, firmar Convênio, assumir obrigações e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores de Ivaiporã, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte

L E I:

- Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar áreas de terras, dentro do perímetro urbano do município, à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para desenvolvimento do Programa CASA DA FAMÍLIA - Projeto Mutirão.
- Artigo 2º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a renunciar ao direito estabelecido pelo Artigo 4º, parágrafo 1º, Inciso 1 da Lei Federal nº 6766 (19 de dezembro de 1979), que prevê a doação de 35% (trinta e cinco por cento) da área total a ser loteada ao Município.
- Artigo 3º - Fica autorizado o Executivo Municipal a firmar Convênio com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para a construção, em regime de Mutirão/Auto Ajuda, de unidades habitacionais pelo Programa CASA DA FAMÍLIA - Projeto Mutirão.
- Artigo 4º - O Executivo Municipal fica autorizado a outorgar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, procuração com poderes irrevogáveis e irretratáveis, para receber junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. ou outra entidade à qual for incumbido o encargo, a importância atribuída ao Município referente ao ICMS, até o limite do valor correspondente às obrigações não cumpridas, no caso de rescisão do Convênio.
- Artigo 5º - Quando houver alteração, insuficiência, mudança ou extinção do ICMS, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular o compromisso assim estabelecido, a qualquer outra verba ou função

Recebido(s) nesta data:

Protocolo nº 1.186/84

Ivaiporã, 05 de 08 de 1991

Câmara Municipal de Ivaiporã

Lido em sessão realizada em

Em 05/08/91

Reunião Ordinária
10ª Sessão
CÂMARA DE VEREADORES
APROVADO p/ unanimidade
Em 02/12/91
Ata(s) n.º 1.396
Balleque
Diretor de Secretaria

Reunião Ordinária
20ª Sessão
CÂMARA DE VEREADORES
APROVADO p/ unanimidade
Em 09/12/91
Ata(s) n.º 1.397
Balleque
Diretor de Secretaria

Reunião Extraordinária
30ª Sessão
CÂMARA DE VEREADORES
APROVADO p/ unanimidade
Em 09/12/91
Ata(s) n.º 1.393



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 024/91...

.2

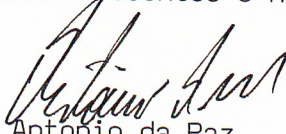
municipal, que será submetida à consideração da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Artigo 6º - Para fazer face aos objetivos da presente Lei, neste exercício financeiro, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Especiais até o limite de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Parágrafo Único - Os recursos necessários à abertura dos Créditos a que se refere este Artigo, serão os constantes do Artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ivaiporã, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e um.


Antônio da Paz
Prefeito Municipal

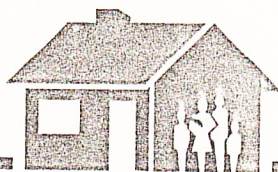


RECEIVED
OFFICE OF THE
DIRECTOR
JAN 10 1964

100-100000

TO: DIRECTOR, FBI
FROM: SAC, NEW YORK
SUBJECT: [Illegible]
[Illegible text follows, appearing to be a memorandum format with several lines of text.]





PROGRAMA
CASA DA FAMÍLIA

1/8

MINUTA

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
ESTADO DO PARANÁ ATRAVÉS DO SE-
CRETÁRIO ESPECIAL DA POLÍTICA HA-
BITACIONAL, COMPANHIA DE HABITA-
ÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR E O MUNI-
CÍPIO DE

/PR,

NA FORMA ABAIXO:

O Estado do Paraná através do Secretário Especial da Política Habitacional e através da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, CGC nº 76.592.807/0001-22, com sede à Rua Marechal Deodoro nº 1133 - Curitiba/Pr., neste ato representada por seus Diretores que ao final assinam, doravante denominada COHAPAR e o Município de

/Pr., representado por seu Prefeito Municipal, Senhor _____, autorizado pela Lei nº _____ de _____, daqui em diante denominado MUNICÍPIO, celebram o presente Convênio, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

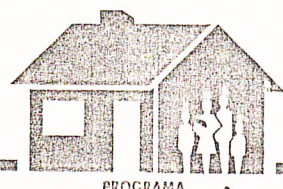
CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem por objetivo a construção de _____ (_____)

_____) unidades habitacionais, tipo 1-44M, em regime de Mutirão, pelo Programa CASA DA FAMÍLIA, em área com _____ metros quadrados, situada na cidade de _____

_____, matrícula sob nº _____, doada através da Lei nº _____ de _____, à COHAPAR pelo Município, visando beneficiar famílias com renda até 03 salários mínimos e sua in-



PARÁGRAFO QUARTO - A segunda parcela, respeitando o estabelecido no Parágrafo Terceiro desta Cláusula, somente será liberada ao Município após a entrega por este da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução dos serviços e afixação da placa da obra conforme item "g" da Cláusula Quarta.



PROGRAMA
CASA DA FAMÍLIA

PARÁGRAFO QUINTO - A última parcela será liberada conforme Parágrafo Terceiro, sofrendo uma retenção equivalente a 3% (três) do valor total do convênio, a qual será liberada ao Município quando da conclusão total das obras de habitação e infraestrutura e da apresentação das averbações e legalização conforme itens "t" e "u" da Cláusula Quarta.

PARÁGRAFO SEXTO - Decorridos 30 (trinta) dias após a conclusão total das obras de habitação e infraestrutura e não cumprido o estabelecido nos itens "t" e "u" da Cláusula Quarta do presente Convênio a COHAPAR poderá utilizar-se da importância retida conforme parágrafo anterior, para regularizar o empreendimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - Prazo - O prazo para a conclusão das obras é de 2 meses, correspondendo a 8 dias corridos, contados a partir da data de assinatura deste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - Obrigações do Município - O Município, em cumprimento dos objetivos aludidos na Cláusula Primeira, se compromete a:

- a) divulgar o Programa em todos os segmentos da Sociedade;
- b) criar uma Comissão de Apoio e de Fiscalização ao Programa CASA DA FAMÍLIA, através dos diversos segmentos da sociedade, da comunidade beneficiada e da COHAPAR;
- c) cooperar com a COHAPAR no cadastramento das famílias interessadas em participar do Programa;
- d) incentivar a organização da comunidade e a criação da Associação de Moradores do núcleo a ser construído;
- e) promover a integração do núcleo dos mutirantes com as demais comunidades do Município;
- f) promover as licitações que se fizerem necessárias, de acordo com o previsto na legislação em vigor;



.../

- g) afixar e manter em local visível, placa identificadora do Projeto de acordo com o modelo fornecido pela COHAPAR;
- h) formar equipe técnica para a coordenação e acompanhamento das atividades com orientação dos técnicos da COHAPAR;
- i) executar a obra de acordo com projetos elaborados pela COHAPAR (Anexos 4 a) e aprovados pela Prefeitura Municipal, que são parte integrantes deste instrumento;
- j) responsabilizar-se pela implantação das obras de infraestrutura:
 - arruamento;
 - galeria de águas pluviais, quando indispensável;
 - rede de distribuição de água potável;
 - rede de energia elétrica e iluminação pública;
 - saneamento básico;de acordo com as exigências das concessionárias de serviço público. Devendo as unidades habitacionais serem entregues em condições de habitabilidade;
- k) responsabilizar-se pela execução da obra devendo apresentar à COHAPAR as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART);
- l) garantir o suprimento na obra de materiais de conformidade com a Especificação de Materiais (Anexo 3) que passa a fazer parte integrante deste Convênio;
- m) aplicar os recursos que lhe serão repassados, de acordo com o Cronograma;
- n) assumir integralmente responsabilidade na complementação de recursos eventualmente necessários ao cumprimento integral dos objetivos deste Convênio, sem ônus para o mutuário final e/ou COHAPAR;
- o) registrar em sua contabilidade, em conta específica, os documentos comprobatórios da utilização dos recursos alocados por este Convênio, mantendo-os devidamente atualizados e individualizados, inclusive os gastos com materiais e serviços.



• • •

- p) manter a disposição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para inspeção "in loco", os documentos de que trata o item supra, por parcela recebida, respondendo exclusivamente por qualquer ato irregular na aplicação dos recursos, porventura apontados;
- q) encaminhar à COHAPAR, com a maior brevidade, as comunicações de sinistros, ocorridos na obra juntando a essas a documentação necessária;
- r) não proceder qualquer alteração na execução dos projetos sem a autorização por escrito da COHAPAR;
- s) propiciar no local da obra, os meios e condições necessárias para que a COHAPAR possa realizar inspeções;
- t) providenciar junto aos Cartórios, as suas despesas, as averbações das construções, no prazo de até 30 (trinta) dias após a conclusão das obras, e responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, emolumentos, tributos e leis sociais incidentes sobre o empreendimento;
- u) providenciar a expedição de Habite-se ou Termo de Conclusão da Obra;
- v) participar em conjunto com a COHAPAR da entrega das chaves aos compromissários mutirantes, após a expedição do Habite-se ou Termo de Conclusão da Obra e assinatura dos Contratos de Promessa de Compra e Venda;
- x) destacar em qualquer ação promocional relacionada com o objetivo do presente Convênio, a participação da Secretaria da Habitação, COHAPAR, Município e outras entidades participantes.

CLÁUSULA QUINTA - Obrigações da COHAPAR - A COHAPAR, também buscando a plena realização daqueles objetivos se obriga a:



.../

- a) repassar os recursos em favor do Município, na segunda quinzena do mês conforme previsto na Cláusula Segunda e Cronograma Físico Financeiro em anexo;
- b) manter à disposição do Município a nível de assessoria e sempre que solicitada, a sua experiência e recursos humanos nas áreas técnica, social e jurídica;
- c) efetuar consultas e contatos com concessionárias de serviços públicos de âmbito estadual, quando solicitados pelo Município;
- d) cadastrar as famílias interessadas em participar do Programa;
- e) selecionar e classificar as famílias inscritas em conjunto com a Comissão Municipal de Apoio, de acordo com os critérios de justiça social pré-estabelecido abaixo:
 - renda familiar;
 - não proprietário de imóvel no Município e fora dele;
 - residentes no Município há mais de 02 (dois) anos;
 - que assumam o compromisso e a responsabilidade em participar no processo construtivo com pelo menos um membro da família de acordo com as exigências do andamento da obra;
 - priorizar na classificação, as famílias constituídas com maior número de filhos e ainda que tenham maior grau de necessidade em função das condições da atual moradia;
- f) providenciar junto aos mutirantes, coleta de documentos pessoais necessários à aquisição do imóvel, conforme relação de documentos da COHAPAR;
- g) providenciar junto aos mutirantes as assinaturas do Termo de Compromisso com Opção de Compra e, posteriormente à legalização das obras concluídas, a assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda;
- h) assumir a responsabilidade pela administração imobiliária dos imóveis após a sua conclusão e ocupação;
- i) elaborar os projetos técnicos da obra;



.../

- j) caberá a COHAPAR, proceder a análise e decisão final quanto a eventuais alterações nos termos do presente Convênio, desde que plenamente justificáveis por motivos relevantes sem prejuízos às partes conveniadas e aos mutirantes;
- l) analisar e fornecer parecer conclusivo quando da solicitação de alteração de projeto por parte da Prefeitura Municipal;
- m) realizar as medições dos serviços executados conforme Cronograma.

CLÁUSULA SEXTA - Indenização - Os recursos do presente Convênio não poderão ser utilizados para pagamento de qualquer tipo de indenização ao mutirante no caso de sua desistência em participar do Programa.

CLÁUSULA SÉTIMA - Rescisão - Poderá ser rescindido o presente Convênio no caso de descumprimento total ou parcial do presente instrumento, independente de notificação judicial ou extra judicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A não execução total ou parcial dos serviços objeto deste Convênio, na forma aqui estipulada, tornará exigível a devolução do valor recebido e não aplicado, valor este constatado através de medição da obra, de uma só vez, corrigido conforme variação do coeficiente estipulado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, entre o mês de assinatura deste Convênio e o mês do ressarcimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Também será motivo de rescisão a execução das obras em desacordo com os projetos em anexo e que acarrete prejuízos ao empreendimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Município outorga à COHAPAR Procuração (em anexo) para sacar junto ao BANESTADO/Poderes Públicos da sua



8/8

....

cota do ICMS, valor correspondente as obrigações não cumpridas conforme parágrafos anteriores.

CLÁUSULA OITAVA - O Município deverá efetuar dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do término das obras a prestação de contas dos valores recebidos da COHAPAR, diretamente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme as normas estabelecidas por aquela egrégia Corte de Contas.

CLÁUSULA NONA - Foro - Fica eleito o Foro de Curitiba/Pr., com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio.

E, por estarem justos e conveniados, firmam juntamente com as testemunhas abaixo, o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor para um só efeito.

Curitiba,

PREFEITO MUNICIPAL

Ver. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
Secretário Especial da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR.

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

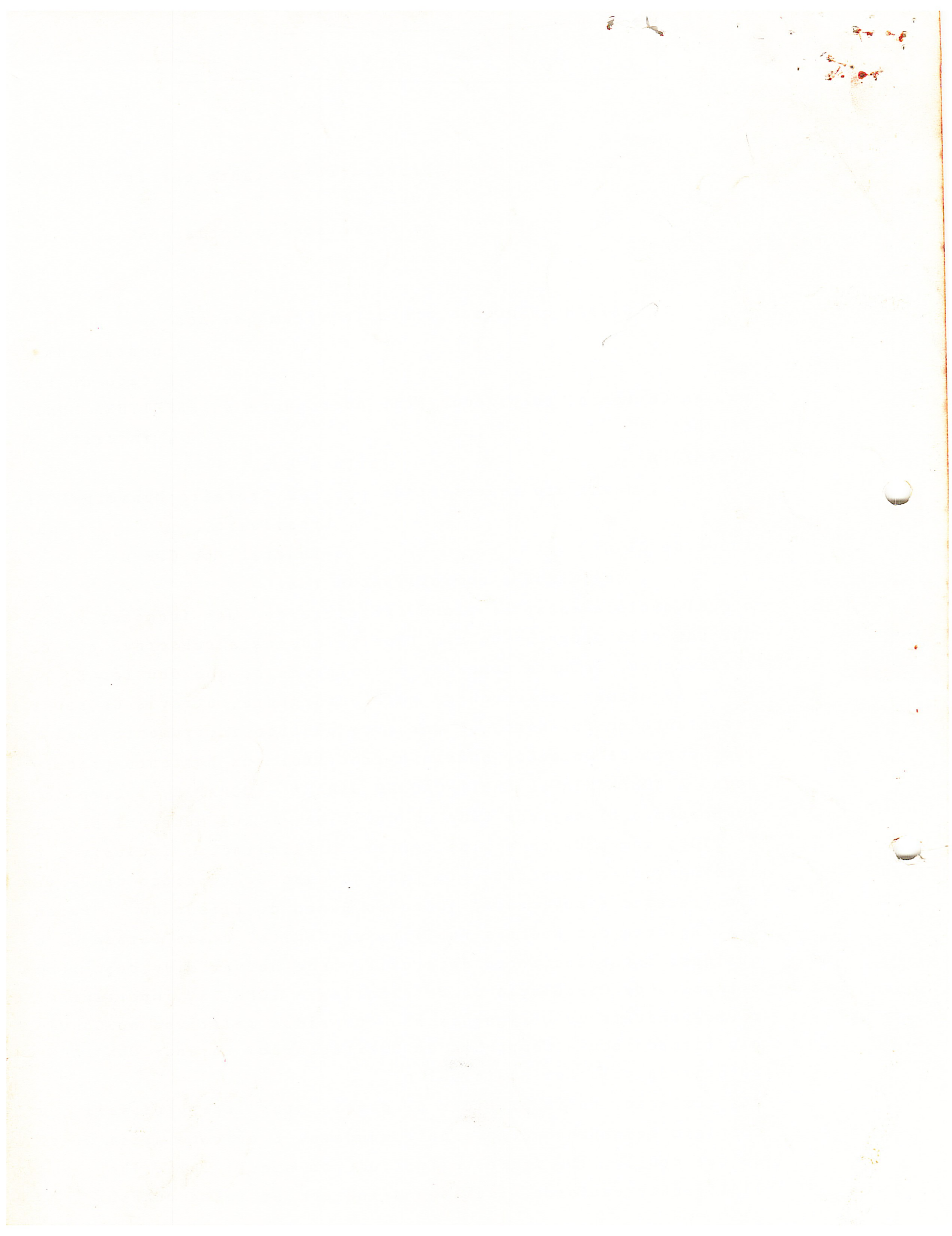
IVANIR FRANCISCO OGILIARI
Diretor Administrativo-Finan

INSTRUMENTO PÚBLICO

Procuração bastante que faz a Prefeitura de
na forma abaixo declarada.

SALBAM quantos a presente virem que aos
de , nesta cidade
, Estado do Paraná, em Cartório, compareceu como outorgante a PREFEITURA MUNICIPAL DE , inscrita n
CGC(MF) nº sita à Rua
, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Sr
, brasileiro, por
tador da CI nº e inscrito no CPF nº
, residente e domiciliado à rua

o qual declara estar em pleno exercício de suas funções, reconhecida pela própria de mim Tabelião que esta subscreve e da testemunhas, adiante nomeadas e assinadas do que dou fé. E, perante as mesmas testemunhas, pela outorgante, através de seu representante me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui sua bastante procuradora. A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR, sociedade de Economia Mista, com Sede em Curitiba, a Rua Marechal Deodoro nº 1133, com poderes amplos, gerais e ilimitados, inclusive os irrevogáveis e irretroatáveis para no caso de rescisão do Convênio, receber e movimentar junto ao Banco do Estado do Paraná S/A, Agência dos Poderes Públicos do Capital desse Estado ou em qualquer estabelecimento de crédito onde houver sido depositado o Imposto de Circulação de Mercadorias - ICMS, a importância correspondente as obrigações não cumpridas relativas ao Convênio firmado com a Companhia de Habitação do Paraná- COHAPAR autorizada pela Lei Municipal nº de
dar quitação, enfim praticar os demais atos indispensáveis ao completo desempenho do presente mandato. E de como assim disse, do que dou fé, lhe fiz este instrumento o qual feito lhes sendo lido, achou conforme, aceita e assina com as testemunhas...





CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Praça dos 3 Poderes - CEP 86.870 - Cx. Postal, 2 - Fone: (DDD 0434) 72-1644 - IVAIPORÃ - Pr.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

COMISSÃO DE CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO DE LEI Nº 024/91

Ementa: autoriza o Poder Executivo Municipal a doar próprios do Município, firmar Convênio, assumir obrigações e dá outras providências.

P A R E C E R :

As Comissões acima nominadas, em conjunto examinando o presente Projeto de Lei, chegaram a conclusão de que não há reparos a fazer quanto a forma, constitucionalidade, logicidade e redação.

O país inteiro tem deficiência de habitação e Ivaiporã não foge à regra.

É claro que em assim sendo é preferível investir em habitações populares, a construir pontes onde não há rio, para acomodar seus municípes.

Diante dessa situação, as comissões reunidas emitem parecer opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei .

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ivaiporã, aos quatorze dias do mês de novembro do ano de mil, novecentos e noventa e um.

Laudelino Belarmino Leão

Eliakim Sérgio Chaves da Conceição

José Narciso de Melo

João Costa

